

A UNIVERSALIDADE DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: a cloudy horizon

Góes, A.O.S.

Doutor em Sociologia Econômica e das Organizações, ISEG-UTL, Lisboa, Portugal
Professor Adjunto do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis
UESC, Ilhéus/BAHIA, Brasil.
oscargoes11@hotmail.com

Fontes, M.J.V.

Doutora em Sociologia Econômica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil
Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus – Bahia - Brasil.
josefinahotel@ig.com.br

Dib, A.

Doutor em Educação pela Universidade Complutense de Madrid, Espanha e Doutor em
Economia pela Universidade do Porto, Portugal.
Professor visitante do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis,
UESC, Ilhéus/BA, Brasil.
alfredodib@yahoo.es

RESUMO

É inegável o aumento exponencial da quantidade de estudantes nas IES - Instituições de Ensino Superior - no Brasil, principalmente no terceiro milênio. É perturbador saber que uma parcela dos estudantes não tem conhecimentos necessários para frequentar uma universidade. Pergunta-se: é válido investir em quantidade, sem qualidade? Diante dessa perspectiva, este *paper* analisa um estudo brasileiro acerca dos universitários caracterizados como “analfabetos funcionais”. O objetivo é identificar as deficiências desses alunos. Além destes propósitos, busca-se registrar o aumento de vagas para o ensino superior. A fundamentação teórica referencia Weber e Durkheim. Para alcance dos resultados, a pesquisa foi básica, qualitativa, descritiva e exploratória. Utilizaram-se levantamentos bibliográficos e documentais. A análise do conteúdo tratou as informações catalogadas. Os resultados revelaram que o ensino superior no Brasil teve um aumento na quantidade de alunos matriculados. Já nas IES particulares, o governo brasileiro criou vários programas para estudantes, com pouca renda, frequentarem as faculdades pagas. Por outro lado, uma parte dos estudantes não está preparada para fazer um curso superior. Os discentes chegam às universidades sem a capacidade de entendimento dos assuntos, muitos decoram as lições, o conhecimento é superficial de temas importantes e sem entender o que leem. Sugere-se que, caso o governo brasileiro tenha real interesse pela educação, fortaleça os ensinamentos fundamentais e médios, dando um ofício ao cidadão. Já para o

ensino superior, para curtos e médios prazos, o governo deveria estabelecer critérios para uma parcela de a sua população ter acesso às universidades, sem a intenção de universalizá-las. Em sendo assim, se insistir nas diretrizes de acesso a todos, horizontes nublados virão, ter-se-á, no lugar universitário, um ensino médio avançado sem qualidade.

Palavras-chave: ensino, universidade, acesso, universalização.

1 – INTRODUÇÃO

O século XXI depara-se com novas inquietudes e perturbações de todas as ordens sociais. Friedmam (2005) informa o processo evolutivo da sociedade globalizada deu-se em três panoramas: “1.0 que reduziu o tamanho do mundo de grande para médio e envolveu basicamente países e músculos” (p. 17). Em sequência dessa reflexão, este autor expõe que a globalização 2.0:

durou mais ou menos 1800 a 2000. (...) O principal agente de mudança, a força dinâmica que moveu a integração global, foram as empresas multinacionais, que se expandiram em busca de mercados e mão-de-obra – movimento encabeçado pelas sociedades por ações inglesas e holandesas e a Revolução Industrial (2005, p. 18).

Já a globalização 3.0 “vem encolhendo e achatando o mundo e do poder com que está munindo o indivíduo” (Friedman, 2005, p.19).

Pelo exposto, assevera que a sociedade como um todo enfrenta imensos desafios a serem enfrentados, principalmente as entidades representativas do tecido social. Com a ideia que o mundo é plano, segundo Friedman (2005), as alterações rápidas e radicais proporcionam um novo olhar para as ansiedades e desejos dos indivíduos. Por outro lado, Bauman (2001, p. 7) afirma que as mudanças que estão a ocorrer no processo civilizatório são constantes e submetidas a muita tensão. Nesse mesmo pensamento, o autor diz que a pós modernidade é baseada no abstrato, na mobilidade, na fluidez, na leveza.

Nesse contexto, os atores sociais demandam produtos e serviços diferentes dos já instituídos e ofertados. As empresas inovando cada vez mais em produtos. O Estado sendo pressionado para oferecer serviços de melhor qualidade para os contribuintes. Enfim, qualquer tipo de organização está sendo influenciada a adaptar-se na nova realidade social. Esses

procedimentos exigem das entidades a troca, a distribuição e o consumo diferenciados de produtos e serviços simbólicos e analíticos. As universidades, cientes desse panorama, são obrigadas a adaptarem-se a esse novo posicionamento. A sociedade exige um maior número de estudantes matriculados em ensino superior. Assim, as Instituições de Ensino Superior – IES – são provocadas a oferecer maior número de vagas para os indivíduos.

O acesso ao ensino superior, inserido nesses aspectos anteriores, também, sofreu modificações. A educação passa por ressignificados. Questiona-se: as Instituições de Ensino Superior (IES) aumentaram o número de vagas para os estudantes de 2000 até 2014? Qual a relação atual e projetada entre 2015-2020 da demanda reprimida e a capacidade universitária? O acesso a universidade é para todos? Como é a qualidade dessa matéria-prima (estudantes)? É válido investir em quantidade sem qualidade? É possível a transformação qualitativa em uma matéria prima extremamente devassada no entendimento e expressão de conceitos básicos?

Esta comunicação analisou um estudo brasileiro acerca dos universitários caracterizados com “analfabetos funcionais”. O objetivo é identificar as principais deficiências desses estudantes. Ademais, confirmar aumento quantitativo dos números de alunos nas universidades também fez parte do rol de propósitos. Os dados foram obtidos de fontes secundárias, com estudos já produzidos- artigos, teses, *paper* e relatórios entidades que avaliam o ensino superior no Brasil.

Para além disso, o desfecho é caracterizado por uma pesquisa básica e teórica bibliográfica. O estudo foi do tipo exploratório, com características qualitativas. Com base nas informações públicas, utilizou-se a análise dos conteúdos na interpretação dos dados. Optou-se por uma leitura minuciosa, objetiva, direta, selecionada e focada no tema conforme propôs Quivy e Campenhoudt (2008). E, segundo Boni e Quaresma (2005: 71), pesquisa bibliográfica “é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes”. Desta forma, segue-se a orientação de Lima (2000: 11-12) que defende uma “análise sistematizada e crítica dos pressupostos, princípios e procedimentos lógicos que moldam a investigação de determinados problemas sociológicos”, em particular a inquietação do acesso ensino superior.

2 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE TEÓRICA.

Durkheim (2007) considera que cada sociedade tem um tipo regulador de processo educativo. Atualmente, espera-se que a educação que regule a sociedade tenha nos seus substratos, suas diretrizes, suas políticas, ou seja, pressupostos de atividades pedagógicas que mobilizem o discente do ato do aprendizado, mesmo no atendimento de uma parcela pequena dos estudantes universitários. Em cada época da humanidade, a educação teve a sua própria deliberação. Segundo Durkheim:

A educação variou infinitivamente conforme os tempos e as regiões. Nas cidades gregas e latinas, a educação preparava o indivíduo para se subordinar cegamente à colectividade, tornar-se coisa da sociedade. (...) em Atenas (...) formar espíritos delicados, (...) em Roma, (...) homens de acção (...). Na Idade Média (...) cristã, no Renascimento, (...) mais laico e mais literário, hoje a ciência tende a tomar o lugar outrora ocupado pela arte (2007: 46).

Para Dib (2006) a educação é a primeira expressão da cultura. A educação pode assim possibilitar tanto o confronto de ideias como a manipulação de ideais. Por isso, a ordenação de valores no seio cultural é tão expressiva, e a emancipação e transformação no âmbito educativo sua superação.

Outra particularidade importante da obra de Max Weber (2003) é o processo educacional. Partilha da ideia que a educação é racional. Os indivíduos são habilitados para exercer as funções dentro da sociedade. A universidade pode transformar conhecimento [universitário] em poder, esse pensamento já tinha sido reconhecido por Weber. O papel preponderante do docente e da universidade é ajudar o aluno na sua capacidade de reflexão ampla como ser humano. Expandir o número de estudantes nas escolas superiores é uma das diretrizes dos governos mundiais. Criar, assim, um maior número de acesso às universidades por partes dos indivíduos é um desafio para a sociedade do terceiro milênio. Por outro lado, não se pode obter bons resultados qualitativos em pouco tempo, necessita de toda uma estratégia pelas entidades responsáveis sejam elas públicas ou privadas.

Para Giddens (2008) uma das funções primordiais da educação é formar mão de obra preparada para as demandas das ocupações existentes e a que irão existir. Assim, as instituições sociais, por meio da educação, formal ou não, devem conduzir seus benefícios para a formação profissional com ideia de autoemprego e auto-gestão. Favorecê-los das

possibilidades que o mercado oferece. Giddens assevera que: “Na era moderna, a educação e as qualificações tornaram-se uma pedra balizar para as oportunidades de emprego e de carreira” (2008: 496).

As contribuições dos autores Weber, Durkheim e Giddens na problemática educacional desenvolvem uma abordagem plural e reflexiva. Cada legado dos autores neste tema contribui e sedimenta linhas de pensamento sobre a importância da educação. Por termo, destacam-se, a título de síntese, os pensamentos dos autores: Durkheim (2007: 57), que “por via da educação, edifica assim em cada um de nós, representa o que há de melhor em nós, o que há em nós de verdadeiro humano”. Corrobora Weber (2003: 217) sobre o conceito de “educação racional, onde os indivíduos são preparados para exercer as funções dentro da sociedade”. Giddens (2008: 529), encerra, quando evidencia “(...) o mercado de trabalho exigirá trabalhadores que dominem as novas tecnologias, adquiram novas competências e executem um trabalho criativo.”

Pelo exposto acima, a educação, particularmente a educação superior, tem um papel preponderante na sociedade. Tem como foco a preparação de indivíduos para atuar no seio da sociedade em vários âmbitos: abstratos ou concretos. Cada sociedade define seus propósitos e seus objetivos a serem desenvolvidos. Espera-se, pois, que o ensino superior tenha quantidade de vagas que atendam suas demandas.

Diante deste contexto: as universidades têm condições de absorver tantas demandas por cursos universitários? Mesmo com o aumento de vagas, a qualidade é essencial? Parafraseando o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2009), questionam-se: perguntas fortes e respostas fracas para um mundo que está em turbilhão. Assim, a o acesso às universidades geram procedimentos que atendam as demandas sociais e interesse políticos econômicos, através de novas vagas. O estudante quer entrar numa universidade por status de obter um diploma e de fazer parte de uma rede social. Além do sentido de pertencer ao movimento social que exige e impõe a educação como ação primeira do governo.

Segundo Góes et al (2009: 3) “interessar-se pela educação é interessar-se pelas sucessões sistemáticas de demonstração e apropriação, das sensibilidades e das disposições adequadas

para uma determinada participação da sociedade”. Um dos objetivos das Instituições de Ensino Superior é a formação profissional. Uma das funções das universidades é desenvolver indivíduos para o novo repensar da sociedade. As Instituições de Ensino Superior deveriam formar pessoas para uma nova ordenação social. Com todos esses significados, o acesso a universidade deve ser alargado, sem perder a qualidade do ensino.

Sabe-se que a educação superior é compreendida no cenário mundial como um bem público, segundo a UNESCO. Já no Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205 informa que a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 2012, p. 9). Pode-se observar que esforços estão sendo desenvolvidos para que estudantes tenham acesso aos cursos superiores. No Brasil, as políticas do governo têm como meta a universalidade do ensino superior.

Com base no Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2010) o relatório do Ministério da Educação visa “um aumento considerável dos investimentos nessa área, além de metas que buscavam a ampliação do número de estudantes tendidos em todos os níveis da educação superior” (BRASIL, 2012, p. 9). Percebe-se, pois, que a educação superior vem dando amplas demonstrações de sua importância para promover transformações na sociedade, por isso passou a fazer parte do rol de temas considerados prioritários e estratégicos para o futuro das nações (NEVES, 2007, p.14).

Nesse mesmo estudo, Neves (2007, p. 14), retirado do relatório da UNESCO (2006), informa que “a segunda metade do século XX passou para a história da educação superior como o período marcado por uma extraordinária expansão. O número de matrículas de estudantes em escala mundial passou de 13 milhões em 1960 para 82 milhões em 1995. Dados de 2004 revelam um crescimento para 132 milhões de estudantes.

Pelo exposto, as informações sinalizam que é um panorama mundial que o acesso às IES já é uma realidade, entretanto, no Brasil, esse aumento na expansão do ensino superior vem atrelado a muitos desafios, dentre eles: melhorar a qualidade do ensino universitário e superar as eventuais falhas e deficiências apresentadas pelos alunos logo no primeiro semestre. Estes já vêm com um fraco desempenho escolar.

Para confirmar esse pensamento, Neves (2007, p. 14) reafirma algumas proposições dos aspectos desfavoráveis do ensino superior no Brasil.

O Brasil enfrenta, neste campo, graves problemas que precisam de soluções inteligentes e viáveis. Os grandes desafios da educação superior estão relacionados a inúmeras questões, tais como: a ampliação do acesso e maior equidade nas condições do acesso; formação com qualidade; diversificação da oferta de cursos e níveis de formação; qualificação dos profissionais docentes; garantia de financiamento, especialmente para o setor público; empregabilidade dos formandos e egressos; relevância social dos programas oferecidos; e estímulo à pesquisa científica e tecnológica.

3 – RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os objetivos deste trabalho são retomados nesse momento para as análises e as contribuições acerca da temática da popularização do ensino superior no Brasil de 2000 até os dias atuais. Por outro lado, faz parte dos propósitos deste artigo verificar a qualidade dos entrantes nas universidades brasileiras. Para responder esses questionamentos, os indicadores de aumento de expansão das vagas em ensino superior através de relatórios do Ministério da Educação do Brasil. O outro documento analisado foi o Indicador de Alfabetismo Funcional – Inaf.

Entre 2007 e 2011, as federais aumentaram em 63,7% o número de vagas oferecidas. As vagas passaram de 159.448 a 261.090 postos, segundo o Censo da Educação Superior. Estes dados foram catalogados do texto “Expansão do Ensino Superior priorizou acesso sem garantia de Qualidade” da autora Cristiane Capuchinho (2013) do UOL (Universo Online), em São Paulo 10/06/2013.

O estudo sobre expansão das universidades Federais de 2003 a 2012 do MEC – Ministério da Educação (BRASIL, 2012) assevera que diversos programas do governo estimularam o estudante a ingressar nas universidades sejam públicas ou privadas. As universidades federais tiveram um aumento de aproximadamente 111% na ofertas de vagas nos cursos de graduação presencial no período de 2003-2011. Isso significa quase 30 mil novas vagas. Em 2003 existiam 109.184 vagas, já em 2011 tinha 231.530 disponibilidade de acesso ao ensino superior.

Tabela 1 – Expansão da Rede Federal de Educação Superior

| | 2003 | 2010 | 2014 |
|----------------------|------|-----------------|----------------|
| Universidades | 45 | 59 (14 novas) | 63 (4 novas) |
| Campus/Unidades | 148 | 274 (126 novos) | 321 (47 novos) |
| Municípios Atendidos | 114 | 230 | 275 |

Fonte: Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012, do MEC – (BRASIL, 2012)

A quantidade de Universidades Federais aumentou em 40%, de 45, em 2003 para 63, em 2014. Já os Campus/Unidades tinham em 2003 o número de 148, no ano de 2014 chegaram ao número de 321, um aumento de mais ou menos 116%. O trabalho de Neves (2012) baseado no INEP/MEC 2011 revela que:

os últimos dados disponíveis revelam, em 2010, a existência de 5.449.120 matrículas no ensino de graduação, das quais 75% no setor privado. A distribuição da matrícula por tipo de instituição é a seguinte: em universidades: 2.809.974 matrículas (54,3%); em Centros Universitários: 741.631 e Institutos Tecnológicos 68.572 (14,5%); e em Faculdades 1.828.943 (31,2%).

Todos os dados acima apresentados demonstram o êxito dos esforços do governo brasileiro em universalizar o ensino superior, através de aumento significado no número de vagas para as Instituições de Ensino Superior.

Infere-se, pois, que há um aumento no número de vagas para os entrantes nas universidades, há, também, um número maior de estudantes nas universidades. O governo que tem o propósito de universalizar o ensino superior está tendo bons resultados, pelo menos, em quantidade. A estratégia de “Universidades para Todos” tem surtido efeito. Entretanto, outros estudos, reconhecem que há uma consolidação das estratégias de acesso às universidades. O que está em dúvida é a qualidade desses entrantes. Lê-se qualidade como indivíduos que tem conhecimento necessário para cursar uma faculdade. Por fim, tabela 2 confirma as reflexões acima descritas.

Tabela 2- Evolução de Número de Vagas na Graduação Presencial, segundo a Organização Acadêmica – Brasil – 2002 a 2008

| Ano | Total | %Δ | Universidades | %Δ | Centro Universitários | %Δ | Faculdades | %Δ |
|-------------|------------------|------------|------------------|------------|--------------------------|------------|------------------|------------|
| 2002 | 1.773.087 | -- | 851.764 | -- | 271.564 | -- | 649.759 | -- |
| 2003 | 2.002.733 | 13,0 | 889.145 | 4,4 | 302.458 | 11,4 | 811.130 | 24,8 |
| 2004 | 2.320.421 | 15,9 | 1.028.931 | 15,7 | 379.622 | 25,5 | 911.868 | 12,4 |
| 2005 | 2.435.987 | 5,0 | 1.074.796 | 4,5 | 400.068 | 5,4 | 961.123 | 5,4 |
| 2006 | 2.629.598 | 7,9 | 1.141.465 | 6,2 | 439.753 | 9,9 | 1.048.380 | 9,1 |
| 2007 | 2.823.942 | 7,4 | 1.255.858 | 10,0 | 448.873 | 2,1 | 1.119.211 | 6,8 |
| 2008 | 2.985.137 | 5,7 | 1.305.062 | 3,9 | 489.486 | 9,0 | 1.190.589 | 6,4 |

Fonte: MEC/INEP/DEED

Com relação à reflexão da qualidade dos estudantes entrantes nas universidades, recorrem-se as informações analisadas retiradas dos relatórios do Instituto Paulo Montenegro que é uma ação social do IBOPE - (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística). Esta entidade e a Associação Ação Educativa – ONG (Organização Não Governamental) criaram e implementaram o Indicador de Alfabetismo Funcional – Inaf.

Pare um melhor entendimento da análise deste trabalho, fez-se necessário explicitar detalhadamente cada categoria desenvolvida pelo Inaf. Este instituto define quatro níveis de alfabetismo. a) **analfabeto** - não consegue realizar tarefas cotidianas que envolvam a leitura; b) **nível rudimentar** de alfabetismo – identifica informação explícita em textos curtos e familiares, lê e escreve números inteiros; c) nível **básico** de alfabetismo - funcionalmente alfabetizado, ou seja, apesar de lerem e compreenderem o texto de média extensão, leem número na casa dos milhões e com a capacidade de resolverem problemas que envolvam sequência simples de operações, demonstram “limitações quando as operações requeridas envolvem maiores números de elementos, etapas ou relações” e d) nível **pleno** - são aquelas pessoas que não tem restrições de interpretar e compreender textos, bem como capacidade de resolução de problemas que envolvam lógicas matemáticas (INAF, 2011, p. 4).

Segundo o informe deste instituto, a evolução do indicador de **alfabetismo** da população de 15 a 64 anos no período de 2001 a 2011 apresenta uma redução pela metade dos analfabetos, bem como uma redução dos níveis rudimentar e básico. Todavia, durante o período o índice do nível pleno continuou estável. O efeito desta escolaridade que se soma ao período da expansão e da política da Universidade para Todos resultou incremento de alunos nas universidades, com as seguintes características: presença no ano de 2011 de 4% do nível

rudimentar de alfabetismo no ensino superior, 34% do nível básico e 62% no nível pleno. Essa exposição releva que um percentual de 34% dos ingressantes no ensino superior está caracterizado como: funcionalmente alfabetizado, e que 4% são classificados, segundo o Inaf (2011) como alfabetizado funcionalmente. Deste, a perspectiva do planejamento educativo e das necessidades do ensino universitário, ter-se-ia de cada 100 entrantes na universidade apenas 62% com “bagagem” mínima para acompanhar os conteúdos, assuntos e problemática estabelecidos pelos projetos pedagógicos.

Ainda segundo o Inaf (2011), os níveis de aprendizagem esperados não são obtidos, especialmente os extratos sociais mais baixos. O nível da renda familiar, a cor/raça e a região geográfica no Brasil ainda são determinantes quando se aprofunda a pesquisa do Inaf e tenta encontrar respostas para as diferenças de aprendizagem nas instituições de ensino superior brasileiras. Enquanto, que para a renda familiar até um salário mínimo o índice de analfabeto é de 17% e alfabetismo Pleno é de 8%, nas famílias com mais de 5 salários mínimos, o analfabetismo é de 1% enquanto o alfabetismo pleno é de 52%. Assim, esses dois níveis: analfabeto e alfabetizado pleno são diretamente influenciados pela renda. Com menos renda, menos escolarização: com mais renda, mais escolarização. Ainda assim, salienta-se que o nível rudimentar diminui conforme a renda familiar. As rendas mais baixas com 31%, enquanto as famílias com rendas mais altas com 6%, no nível rudimentar. Percebe-se, pois, que há um grande desafio a ser superado na alfabetização do nível básico. Curiosamente, a renda familiar não afeta o alfabetismo básico, pois com renda baixa tem 45%, já o com renda elevada 41%. Isso pode significar que o fato das classes mais baixas terem aumentado seu nível de renda, não significa melhora no nível de alfabetização, pelo menos no curto prazo.

Quando analisado pelas regiões do país, a categoria alfabetizado funcionalmente (analfabeto e nível rudimentar) diminuiu. E, conseqüentemente, o funcionalmente alfabetizado (básico e pleno) aumentou. Reflete, pois, que as políticas sociais do governo de alfabetização estão abrangendo todas as regiões do país, até mesmo as historicamente relegadas pelos programas de educação.

O nível básico de alfabetismo é hoje o maior gargalo na evolução dos níveis de alfabetização do país. As políticas públicas se organizaram no que era mais eminente, necessário, urgente e

perfeitamente legítimo que foi o analfabetismo. Nesse momento, os esforços governamentais e da própria sociedade tem dado seus resultados quantitativos. No caso do ensino superior, todavia, último estágio da primeira fase de formação do país, teme-se que a queda da qualidade na formação profissional, pela inserção de alunos com níveis básicos de alfabetização. Atender este discente é possível? Se o estudante, ao final de quatro anos, atenderá as demandas da própria sociedade e do mercado de trabalho mundial isto é uma incógnita.

Os resultados finais desta investigação revelam que houve um aumento significativo nas vagas às universidades no Brasil, principalmente nos anos de 2000 até 2014. Uma grande demanda reprimida teve acesso às IES. É inegável o esforço do governo brasileiro para colocar o maior número possível de estudantes nas universidades públicas e privadas. Por outro lado, a qualidade é muito duvidosa. As universidades brasileiras não aparecem nas cem melhores universidades do mundo. Os estudantes, na grande maioria, não aparecem em lugar de destaque no ranking mundial. Uma boa parte da matéria-prima (estudante) que chega à universidade vem sem o conhecimento necessário de entendimento dos assuntos básicos, como por exemplo, a capacidade de interpretação de textos, deficiência com as lógicas matemáticas, bem como no conhecimento da história mundial e nacional. E, além disso, fracos em questões culturais como as artes em geral e cultura.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.

BONI, V; QUARESMA, S. J.: Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2 nº. 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: www.emtese.ufsc.br

BRASIL (2012). Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012. Relatório da Comissão constituída pela Portaria nº 126/2012.

CAPUCHINHO, C. (2013), *Expansão do Ensino superior priorizou o acesso sem garantia de qualidade*. UOL, São Paulo 10.06.2013, acessado em 20.05.2014. educacao.uol.com.br

DIB, A. (2006). Reflexões de Freire sobre a diversidade cultural. In *Quaderns d'Educació Contínua*. p. 858-866, 15 set. Valencia: Xàvita.

DURKHEIM, É. (2007). *Educação e Sociologia*. 2ª ed. Lisboa: Edições 70.

FRIEDMAN, T.L. (2005). *O Mundo é Plano: Uma breve história do século XXI*. Rio de Janeiro: Objetiva.

GIDDENS.A. (2008). *Sociologia*. 6ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GÓES, A. O. S. et al (2009). Um diálogo entre Weber, Durkheim e Giddens na formação empreendedora do gestor. In *Anais do 6º Encontro Nacional de Empreendedorismo, ENEMPRE*. Nov. 22-24, Santa Catarina: Lages.

INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional (2011). Principais resultados: Ação educativa e Instituto Paulo Montenegro (Ação Social do IBOPE) – acesso em 20.05.2014 www.ipm.org.br

LIMA, M. P. (2000), *Inquérito Sociológico: problemas de metodologia*. Lisboa: Editorial Presença.

NEVES, C.E.B. (2007), *Desafios da Educação Superior*. Dossiê Sociologia, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun., p.14-21.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, Luc Van (2008). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

WEBER, M. (2003). *Fundamentos da Sociologia*. 3ª. ed. Porto: Rés-Editora.